

SINDSER-DF

FILIADO A
CUT
E A CONDFEF

SINDICATO DOS SERVIDORES PÚBLICOS FEDERAIS NO DF

Brasília,
23/07/2015

Vamos intensificar a luta!



A mobilização dos servidores nestas últimas semanas já forçou alguns avanços nas negociações com o governo. Na reunião de 20/07, com o fórum dos federais – do qual a Condsef faz parte, embora tenha mantido o percentual de reajuste de 21,3% escalonado em quatro anos, o Planejamento propôs a inclusão no acordo de uma cláusula para rever o reajuste em 2017, caso a inflação do período seja maior que a prevista. A proposta nem de longe atende aos anseios dos servidores. Mas já representa uma mudança de postura do governo. O que só foi possível graças à unidade da categoria. No entanto, para avançar de maneira satisfatória, é necessário intensificar a luta.

Além disso, em reunião com a Condsef, dia 21/07, o governo ainda acenou com a possibilidade de incorporar parte das gratificações de desem-

penho ao Vencimento Básico, mas condicionou a questão à aceitação do reajuste parcelado. E também condicionou os avanços no debate de demandas específicas à aceitação do índice escalonado.

A proposta verbal de reajuste dos benefícios é igualmente injusta e mantém o abismo em relação aos valores pagos aos demais poderes. O auxílio-alimentação teria um aumento de apenas R\$ 85,00, passando dos atuais R\$373 para R\$458. Para os servidores do Judiciário, o benefício é de R\$ 799,00. Uma diferença de mais de R\$300. Já a assistência pré-escolar, há 20 anos sem reajuste, passaria dos atuais R\$ 95,00 para R\$ 386,00 no DF. E a contrapartida do governo à saúde suplementar que hoje tem valores que variam entre R\$ 82,00 a R\$ 167,00, passaria para valores entre R\$ 101,00 e R\$ 205,00.

Infelizmente, a proposta continua muito aquém das nossas necessidades. Por isso, é necessário arrancar melhorias. O secretário de Relações do Trabalho, Sérgio Mendonça, afirmou às entidades do fórum que até a terça-feira (28/07) se reunirá com o ministro do Planejamento, Nelson Barbosa, para discutir essas melhorias. Além disso, o governo tem até o final de agosto para garantir no Orçamento da União o reajuste do funcionalismo. Por isso, o fortalecimento da mobilização é o caminho. Somente com a intensificação do nosso movimento poderemos levar o governo a apresentar uma proposta aceitável, que beneficie igualmente aos servidores ativos e aposentados e com um parcelamento de no máximo dois anos. Mas para isso, é necessário que todos os presentes à assembleia assumam o compromisso de reforçar a mobilização em seus locais de trabalho, com a realização de assembleias explicando a proposta do governo e de

atos cobrando o atendimento das reivindicações.

Tal qual ocorreu em 2012, o governo tenta repassar para os servidores a conta da crise econômica. Por isso, a luta pelo atendimento das reivindicações tem que estar acompanhada da luta contra o Plano Levy. A intenção do governo com o ajuste fiscal é tão somente fazer o superávit primário de 1,2% do PIB neste ano e de 2,1% em 2016 (cerca de R\$ 65 bilhões e R\$ 130 bilhões, respectivamente). Dinheiro que sai dos cofres públicos para pagar os altos juros da dívida pública e que poderia ser usado na melhoria dos serviços públicos e dos salários dos servidores.

Neste sentido, a direção do Sindsep-DF propõe a realização de nova assembleia-geral no dia 29/07 (quarta-feira), às 12h30, no Espaço do Servidor, para avaliar os possíveis avanços e deliberar sobre a adesão ou não à greve nacional.



Todos à mobilização! Vamos exigir do governo uma proposta aceitável. Reajuste já com a incorporação das gratificações de desempenho ao Vencimento Básico! Extensão da Lei 12.277/10 para todos! Reestruturação dos demais planos de carreira!

Abaixo o Plano Levy!